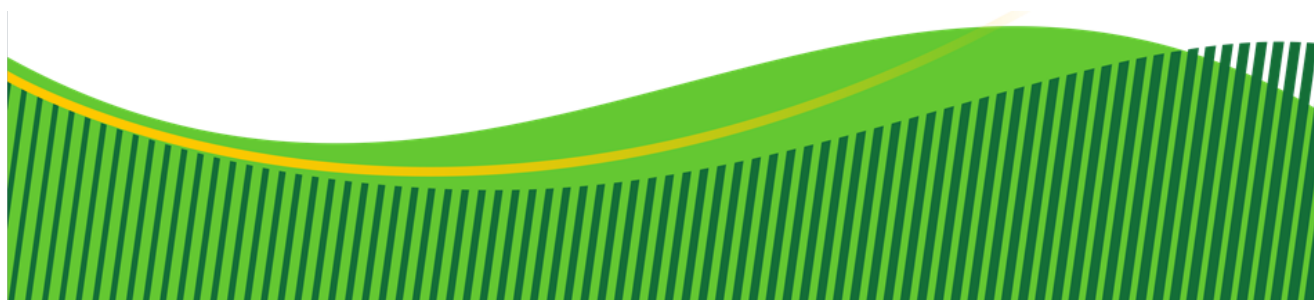


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar—Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
Marília - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

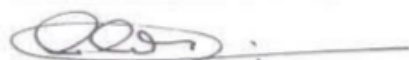
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	314.406	241.022	CIRCULANTE	116.070	87.784
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.173	4.251	DEPÓSITOS (NOTA 11)	81.472	64.883
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	183.858	153.965	Depósitos à Vista	56.967	38.762
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	9	Depósitos a Prazo	24.505	26.121
Correspondentes no país	-	2	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.640	1.141
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	183.856	153.954	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	6
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	103.929	69.391	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	3.640	1.135
Operações de Crédito	110.910	75.046	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	309	455
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.981)	(5.655)	Recursos em Trânsito de Terceiros	309	455
OUTROS CRÉDITOS	18.317	12.797	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	2.959	2.510
Rendas a Receber	447	337	Empréstimos País - Outras Instituições	2.959	2.510
Diversos (NOTA 06 e 07)	18.122	12.639	OUTRAS OBRIGAÇÕES	27.690	18.795
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(252)	(179)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	65	51
OUTROS VALORES E BENS	2.129	618	Sociais e Estatutárias	1.701	1.405
Outros Valores e Bens	2.238	727	Fiscais e Previdenciárias	654	452
(Provisão para desvalorização)	(128)	(133)	Negociação e Intermediação de Valores	-	502
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	19	24	Diversas (NOTA 14)	25.270	16.385
NÃO CIRCULANTE	89.744	59.617	NÃO CIRCULANTE	232.639	165.323
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	482	72	DEPÓSITOS (NOTA 11)	230.857	164.953
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	482	72	Depósitos a Prazo	230.857	164.953
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	71.640	45.922	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	1.782	370
Operações de Crédito	76.283	49.925	Repasse Interfinanceiros	1.782	370
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.643)	(4.003)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	2	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.441	47.532
Diversos	2	1	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	29.867	26.947
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	-	1	De Domiciliados no País	45.842	38.867
Despesas Antecipadas	-	1	(Capital a Realizar)	(15.975)	(11.920)
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	6.737	6.260	RESERVAS DE SOBRAS	23.195	18.408
Outros Investimentos	6.737	6.260	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.379	2.177
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	8.172	5.310			
Outras Imobilizações de Uso	13.097	8.968			
(Depreciação acumulada)	(4.925)	(3.658)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.711	2.051			
Outros Ativos Intangíveis	4.902	3.713			
(Amortização acumulada)	(2.191)	(1.662)			
TOTAL DO ATIVO	404.150	300.639	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	404.150	300.639

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.185	-	24.185	45.538	-	45.538	38.446	-	38.446
Operações de Crédito	24.178	-	24.178	45.529	-	45.529	38.444	-	38.444
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7	-	7	9	-	9	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.762)	(17)	(10.779)	(19.467)	(31)	(19.498)	(23.909)	(41)	(23.950)
Operações de Captação no Mercado	(7.348)	(17)	(7.365)	(13.518)	(31)	(13.549)	(16.748)	(20)	(16.768)
Operações de Empréstimos e Repasses	(243)	-	(243)	(418)	-	(418)	(320)	(21)	(341)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.171)	-	(3.171)	(5.531)	-	(5.531)	(6.841)	-	(6.841)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.423	(17)	13.406	26.071	(31)	26.040	14.537	(41)	14.496
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.110)	763	(10.347)	(20.224)	1.511	(18.713)	(9.977)	1.497	(8.480)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.266	2.866	5.132	4.299	5.322	9.621	3.271	3.958	7.229
Rendas de Tarifas Bancárias	2.737	-	2.737	5.007	-	5.007	3.872	-	3.872
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.560)	(733)	(11.293)	(19.661)	(1.330)	(20.991)	(12.195)	(811)	(13.006)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(7.578)	(956)	(8.534)	(13.585)	(1.700)	(15.285)	(11.589)	(1.118)	(12.707)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(15)	(185)	(200)	(53)	(310)	(363)	(24)	(278)	(302)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	6.456	61	6.517	12.161	69	12.230	16.774	89	16.863
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.416)	(290)	(4.706)	(8.392)	(540)	(8.932)	(10.086)	(343)	(10.429)
RESULTADO OPERACIONAL	2.314	746	3.060	5.847	1.480	7.327	4.560	1.456	6.016
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(60)	(5)	(65)	(62)	4	(58)	(158)	(6)	(164)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.254	741	2.995	5.785	1.484	7.269	4.402	1.450	5.852
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	183	183	-	(67)	(67)	-	(6)	(6)
Provisão para Imposto de Renda	-	112	112	-	(31)	(31)	-	(3)	(3)
Provisão para Contribuição Social	-	71	71	-	(36)	(36)	-	(3)	(3)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.254	924	3.178	5.785	1.417	7.202	4.402	1.444	5.846
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.417	(1.417)	-	1.444	(1.444)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.254	924	3.178	7.202	-	7.202	5.846	-	5.846
DESTINAÇÕES	-	-	-	(5.423)	-	(5.423)	(3.669)	-	(3.669)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.272)	-	(1.272)	(1.492)	-	(1.492)
Fates - Estatutário	-	-	-	(297)	-	(297)	(218)	-	(218)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.854)	-	(3.854)	(1.959)	-	(1.959)
REVERSÃO RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	600	-	600	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.379	-	2.379	2.177	-	2.177

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista

CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	24.022	16.187	-	799	41.008
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	243	-	-	(484)	(241)
Destinações para reservas	-	-	600	(600)	-
Outras destinações	-	-	-	(53)	(53)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.396	-	-	-	2.396
Baixas de capital	(1.181)	-	-	-	(1.181)
Reversões de reservas	-	(338)	-	338	-
Resultado do período	-	-	-	5.846	5.846
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(218)	(218)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.959	-	(1.959)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.467	-	-	(1.492)	(25)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	26.947	17.808	600	2.177	47.532
Mutações do Período	2.925	1.621	600	1.378	6.524
Saldos no início do período em 01/01/2018	26.947	17.808	600	2.177	47.532
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	321	-	-	(641)	(320)
Destinações para reservas	-	872	661	(1.533)	-
Outras destinações	-	-	-	(3)	(3)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.584	-	-	-	2.584
Baixas de capital	(1.239)	-	-	-	(1.239)
Reversões de reservas	-	-	(600)	600	-
Resultado do período	-	-	-	7.202	7.202
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(297)	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.854	-	(3.854)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.254	-	-	(1.272)	(18)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	29.867	22.534	661	2.379	55.441
Mutações do Período	2.920	4.726	61	202	7.909
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	27.949	18.680	1.261	4.024	51.914
Capital de associados					
Aumento de capital	1.355	-	-	-	1.355
Baixas de capital	(691)	-	-	-	(691)
Reversões de reservas	-	-	(600)	600	-
Resultado do período	-	-	-	3.178	3.178
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(297)	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.854	-	(3.854)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.254	-	-	(1.272)	(18)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	29.867	22.534	661	2.379	55.441
Mutações do Período	1.918	3.854	(600)	(1.645)	3.527

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.367	10.743	8.526
Resultado do semestre/exercício	3.178	7.202	5.846
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.189	3.541	2.680
Provisão para operações de crédito	1.522	1.966	1.336
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(5)	(5)	133
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	39	73	74
Depreciação do imobilizado de uso	621	1.123	724
Amortização do intangível	284	529	464
Baixas do ativo permanente	41	75	9
Provisão para passivos contingentes	27	71	86
Destinações ao FATES	(297)	(297)	(218)
Dividendos SicrediPar	(43)	6	72
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	18.785	25.804	3.777
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(407)	(410)	(72)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.014	8	(6)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	-	2	(2)
(Aumento) em operações de crédito	(34.319)	(62.222)	(26.890)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(66)	3.910	664
(Aumento) em outros créditos	(4.663)	(5.599)	(1.720)
(Aumento) em outros valores e bens	(62)	(1.505)	(122)
Aumento em depósitos	47.930	82.492	27.817
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	72	(146)	322
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	97	450	(48)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(218)	(114)
Aumento em outras obrigações	8.189	9.042	3.948
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	24.152	36.547	12.303
Aquisição de Investimentos	-	(477)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.084)	(4.060)	(2.288)
Aplicações no Intangível	(419)	(1.190)	(657)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.503)	(5.727)	(2.945)
Integralização de capital	1.355	2.584	2.396
Baixa de capital	(691)	(1.239)	(1.181)
Juros ao capital próprio	(18)	(18)	(25)
Distribuição de Sobras	-	(323)	(294)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	646	1.004	896
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	23.295	31.824	10.254
Caixa e equivalente de caixa no início do período	166.734	158.205	147.951
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	190.029	190.029	158.205

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/06/2001 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	6.173	4.251
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	183.856	153.954
Total	190.029	158.205

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	482	72
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	482	72
Total não circulante	482	72

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	96.603	58.713	155.316	110.612
Financiamentos	10.679	15.793	26.472	12.854
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.628	1.777	5.405	1.505
Carteira total	110.910	76.283	187.193	124.971

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	15.719	2	15.721	10.832
Total	15.719	2	15.721	10.832

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	77.323	52.939	387	265
Nível B	1,00	60.038	36.985	600	369
Nível C	3,00	38.535	22.258	1.157	668
Nível D	10,00	14.674	12.278	1.467	1.228
Nível E	30,00	4.103	3.450	1.231	1.035
Nível F	50,00	1.966	2.882	983	1.441
Nível G	70,00	747	599	523	419
Nível H	100,00	5.528	4.412	5.528	4.412
Total		202.914	135.803	11.876	9.837

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.144	26.148	29.598	32.801	90.691	67.574
Rural	-	1.019	2.609	1.777	5.405	1.505
Industrial	32	3.170	2.992	3.279	9.473	4.642
Comércio	756	11.595	11.294	13.541	37.186	20.997
Outros Serviços	458	12.240	22.574	24.887	60.159	41.085
Total	3.390	54.172	69.067	76.285	202.914	135.803

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	22.631	11,15	13.855	10,20
50 devedores seguintes	37.760	18,61	26.566	19,56
100 devedores seguintes	30.645	15,10	22.020	16,21
Demais	111.878	55,14	73.362	54,02
Total	202.914	100	135.803	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	9.837	8.427
Constituição de provisão	5.531	6.841
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.492)	(5.431)
Saldo final	11.876	9.837

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.986 (2017 - R\$ 1.001), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.141 (2017 - R\$ 9.381).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	614	45
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	365	1.022
Devedores por depósitos em garantia	47	29
Impostos e contribuições a compensar	485	277
Títulos e créditos a receber	15.719	10.831
Cotas de consórcio	30	-
Operações com cartões	611	89
Pendências a regularizar	44	86
Outros	207	260
Total Circulante	18.122	12.639

Títulos e créditos a receber	2	1
Total não circulante	2	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	2.238	727
Imóveis	2.238	727
Despesas antecipadas	19	24
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(128)	(133)
Total Circulante	2.129	618

Despesas antecipadas	-	1
Total não circulante	-	1

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 128 (2017 - R\$ 133) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.065	3.588
Sicredi Participações S.A.	2.668	2.668
Outras Participações e Investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Total	6.737	6.260

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	864.556 ON	864.556 ON	4	4	4.064.543	3.587.847
	1.803.586 PN	1.803.586 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,30%	0,30%	2,48%	2,44%	1,79%	1,87%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	2.668	2.668	4	4	4.065	3.588

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018		2017	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	13.097	(4.925)	8.172	5.310
Imobilizações em curso	-	1.503	-	1.503	1.107
Instalações	10%	5.206	(2.048)	3.158	2.877
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.232	(960)	1.272	649
Sistema de comunicação	10%	203	(93)	110	110
Sistema de processamento de dados	20%	3.175	(1.665)	1.510	496
Sistema de segurança	10%	519	(110)	409	71
Sistema de transporte	20%	259	(49)	210	-

Intangível (i)	4.902	(2.191)	2.711	2.051
Investimentos Confederação	4.902	(2.191)	2.711	2.051

Total	17.999	(7.116)	10.883	7.361
--------------	---------------	----------------	---------------	--------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017 Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	56.967	-	-	56.967	38.762
Depósitos a prazo	15.237	9.268	230.857	255.362	191.074
Total	72.204	9.268	230.857	312.329	229.836

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	3.640	1.135
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.640	1.135
Total circulante	3.640	1.135
Recursos do Crédito Rural	1.782	370
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.782	370
Total não circulante	1.782	370

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/07/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	2.959	2.510
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.959	2.510
Total circulante	2.959	2.510

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	245	515
Obrigações por convênios oficiais	6	2
Provisão para pagamentos a efetuar	5.565	2.431
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	239	168
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	5	4
Pendências a regularizar	1.103	112
Operações com cartões	16.392	10.964
Demais fornecedores	510	416
Credores diversos	1.205	1.773
Total circulante	25.270	16.385

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	118	125	(75)	168
Cível	50	63	(42)	71
Total	168	188	(117)	239

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	168	118
Cível	Provável	71	50
Total		239	168

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 20; R\$ 13 (2017 - R\$ 0 e R\$ 77), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	29.867	26.947
Total de associados	21.821	17.423

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.920 (2017 – R\$ 2.925), sendo R\$ 1.575 (2017 – R\$ 1.710) via integralização de resultados e R\$ 2.584 (2017 – R\$ 2.396), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.239 (2017 – R\$ 1.181).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,56% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.272, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	7.269	5.852
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.053)	(2.458)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Provisão resgate de milhas cartão	62	21
Provisão PPR	(18)	20
Receita com atos cooperativos	2.430	1.849
Juros sobre capital próprio	534	627
Outros	(23)	(65)
Subtotal	2.986	2.452
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(67)	(6)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	482	72
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	183.856	153.954
Outros Créditos - Rendas a receber	318	196
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	414	1.162
Investimentos (Nota 09)	6.737	6.260
Intangível (Nota 10)	2.711	2.051
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	5.422	1.505
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.959	2.510
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	15.809	10.090
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	9	2
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	895	425
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	10.947	15.168
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	418	341
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	842	661
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	5.601	8.291

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	104	0,18%	77
Depósitos a prazo	2.839	1,11%	2.352
Operações de crédito	912	0,49%	647

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.912	1.724

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	289	205
Despesa de aluguéis	1.836	1.330
Despesa de comunicação	885	770
Despesa de manutenção e conservação	671	493
Despesa de material	225	150
Despesa processamento dados	437	213
Despesa de promoções e relações públicas	1.659	1.090
Despesa de propaganda e publicidade	372	479
Despesa de seguro	118	95
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.450	2.404
Despesa de serviços de terceiros	174	341
Despesa de serviços de vigilância e segurança	748	748
Despesa de serviços de técnicos especializados	709	626
Despesa de serviços de transportes	530	440
Despesa de viagem	646	317
Despesa de depreciação	1.123	725
Outras despesas administrativas	2.413	2.281
Total	15.285	12.707

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	483	1.234
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.718	14.875
Reversão de provisões operacionais	677	467
Outras rendas operacionais	352	287
Total	12.230	16.863

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	990	630
Contribuições Cooperativistas	81	73
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	454	374
Contribuição Confederação Sicredi	3.910	2.790
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	573	437
Contribuição Sureg	56	3.793
Encargos da administração financeira	71	84
Repasso administradora de Cartões	191	285
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	530	464
Outras provisões operacionais	763	511
Outras despesas operacionais	1.313	988
Total	8.932	10.429

NOTA 22 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	712	545
Total	712	545

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	50.061	46.084
Nível I (NI)	50.061	46.084
Capital principal - CP	50.061	46.084
Capital social	29.867	26.947
Reservas de capital	23.195	18.408
Lucros acumulados	2.379	2.177
Ajustes Prudenciais	(5.380)	(1.448)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	272.189	185.276
Margem de Capital (i)	17.398	21.998
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,39%	24,87%
Situação de Imobilização (Imob)	8.172	5.918
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,32%	12,84%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Ildo Wilde
Diretor Executivo
CPF: 666.207.240-00

Antônio Alberto Soares
Diretor de Operações
CPF: 025.534.939-40

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20